

Ata Sumária 199 - 182ª Reunião Ordinária

Data, Hora e Local:

Em 10 de junho de 2011, às 9 horas, no Auditório Martin Schmeling.
À Rua Blumenau, 05 – Bairro São João, em Itajaí - SC.

EXPEDIENTE

1 – Abertura e verificação do número de presenças

Eu, Leônidas Gomes Ferreira, Secretário Executivo do CAP, faço a verificação dos presentes e constato que há quorum para abrir a reunião, ou seja, superior à metade mais um dos membros do Conselho, representando pelo menos três blocos, conforme lista de presença abaixo. Justificaram ausências os senhores Antônio Ayres dos Santos Júnior, Hilton Falcone, Henrique Malta, Glécio Zucco e senhora Maria Izabel Pinheiro Sandri. É passada a palavra para ao senhor Presidente que saúda o senhor José Carlos de Araújo, Inspetor da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Itajaí SC, senhor Ricardo D'Áquino, presidente da Praticagem, senhor Luiz Gustavo Balena Pinto, do Ministério da Agricultura, as senhoras e senhores membros do CAP e convidados. Declara aberta a reunião.

BLOCO I - PODER PÚBLICO

Governo Federal	ANSELMO JOSÉ DE SOUZA
Governo do Estado	
Prefeitura Municipal	OSMARI DE CASTILHO RIBAS

BLOCO II - OPERADORES PORTUÁRIOS

Administração do Porto	ROBERT GRANTHAM
Instalações Privadas	LUCIANO ANGEL RODRIGUEZ
Armadores	JORGE IVAN CÁRDENAS CASTILLO
Operadores Portuários	WALTER JORIS ALICE PIETER JOOS INGRID KRAUSE

BLOCO III - CLASSE DOS TRABALHADORES

Trabalhadores Portuários	SANDRO DE RAMOS DIOGO HENRIQUE SCHMITT VALTER CUNHA
Trabalhadores Portuários Avulsos	CHARLES ALBERTO PASSOS MARCIO AURÉLIO GUAPIANO

BLOCO IV - USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PORTUÁRIOS E AFINS



Exportadores e Imp. de Mercadorias	VERÔNICA HEINZELMANN
Proprietários e Cons. Mercadorias	ECLÉSIO DA SILVA
Terminais Retroportuários	ROGÉRIO FORTUNATO FABRÍCIO GOMES PHILIPPI

Autoridades Convidadas

Ministério da Agricultura Receita Federal Praticagem	LUIZ GUSTAVO BALENA PINTO JOSÉ CARLOS DE ARAUJO RICARDO OLIVEIRA D'ÁQUINO
Secretário Executivo do CAP	LEÔNIDAS GOMES FERREIRA

2 – Leitura e aprovação da ata da reunião de 13/05/2011

O Sr. Presidente coloca a ata, encaminhada anteriormente via e-mail, para aprovação dos conselheiros, a qual é aprovada por todos.

3 – Correspondências, notícias, comunicações, indicações e propostas recebidas pelo Presidente do CAP, Superintendência do Porto de Itajaí ou de algum Conselheiro, tidas como relevantes e necessárias ao conhecimento do plenário:

3.1 - Relatório mensal da Superintendência do Porto de Itajaí:

Sr. Robert Grantham informa que encerrou-se o mês de maio com uma movimentação acumulada nos primeiros cinco meses do ano de 395.419 TEU's, com crescimento de 11% sobre o mesmo período do ano anterior. A movimentação do mês de maio foi de 91.503 TEU's, praticamente o mesmo número do mesmo mês em 2010. Os números apurados no decorrer de 2011 demonstram que o desempenho na movimentação de contêineres no Complexo ao longo dos primeiros meses vem mostrando uma evolução cambiante mês a mês. Em janeiro o Complexo Portuário do Itajaí obteve um crescimento extraordinário de 33%; em fevereiro o avanço foi menos significativo (de 9%) e, em março, o Complexo registrou recuo de 3%. Já em abril foi recuperada a movimentação, com crescimento de 27%. Entretanto, em maio a movimentação se igualou ao igual período do ano anterior. Analisando os terminais separadamente, continuamos observando um crescimento expressivo na movimentação da APM Terminals Itajaí, com um acumulado de 46% nos primeiros cinco meses do ano. Foram 182.671 TEU's operados. Já a Portonave apresentou resultados mais modestos: retração de 8% em sua movimentação, registrando um acumulado de 211.867 TEU's operados. Em termos de escalas, porém, a Portonave registrou em maio 59 escalas contra 47 na APM Terminals. A consignação média por navio ficou em 926 TEU's na APM Terminals e 812 TEU's na Portonave. Os demais terminais registraram uma escala na Braskarne, uma escala na Poly Terminais e quatro escalas no Teporti. Com relação ao fluxo das cargas em tonelagem, em maio as importações cresceram 4,8% e as exportações, 5,7%. No acumulado em 2011, o crescimento registrado nas exportações foi de 12%, e nas importações, de 13,5%. Com relação às operações de comércio exterior de Santa Catarina, as exportações do estado no período compreendido entre janeiro e maio acumulam alta de 20% em relação ao mesmo período no ano anterior. Contudo, a receita de US\$ 3,48 bilhões

com os embarques não foi suficiente para reverter o déficit da balança comercial catarinense, que acumula saldo negativo US\$ 2,19 bilhões, influenciada pela alta de 31,5% nas importações, que somaram US\$ 5,68 bilhões no período. Os dados foram divulgados pela Federação das Indústrias de Santa Catarina no início desta semana. A elevação dos embarques no período foi puxada por produtos tradicionais da pauta catarinense, como blocos de cilindros e cabeçotes para motores (53,5%), carne suína (46,2%), motores elétricos (44%), preparações alimentícias de carne de frango (32,8%) e carne de frango (29,4%). Já nas importações, parte do salto está relacionada aos programas de incentivos fiscais, que levaram empresas de outros estados a importar pelos portos catarinenses. Os produtos mais importados nos primeiros cinco meses do ano foram fios de cobre refinado, que registrou alta de 77,9%, polietileno (48,7%), pneus para ônibus, caminhões e automóveis (40,8%), fios de fibras de poliésteres (36,7%) e catodos de cobre refinado (25,5%).

Sr. Alexandre Antônio dos Santos, Diretor Administrativo Financeiro, informa que a Superintendência fechou o mês de maio com uma arrecadação de R\$ 5,8 milhões, com crescimento de 8% em relação ao mês anterior, totalizando no ano o montante de R\$ 28,3 milhões. Informa que na tabela 1 houve uma arrecadação de R\$ 1,996 milhão, na armazenagem R\$ 978 mil e no arrendamento Teconvi R\$ 2,2 milhões. Sobre o Demonstrativo Mensal de maio comenta que a Receita Arrecadada foi de R\$ 5,7 milhões, e as Despesas foram de R\$ 5,5 milhões, sendo 33,59% com manutenção de acesso aquaviário, 9,51% em investimentos, 31,40% com pessoal e 25,49% em manutenção da atividade. Quanto ao Controle Orçamentário informa que em maio houve um superávit de R\$ 667.975,40, para uma previsão de arrecadação orçamentária de R\$ 5,1 milhões mensais. O saldo bancário no Banco do Brasil é de R\$ 1.520.756,14, e no Banco Bradesco é de R\$ 15.250,96. Informa ainda que há pendências nos serviços de dragagem no valor de R\$ 2.772.919,68, e no serviço de monitoramento ambiental no valor de R\$ 150.000,00. Sr. Walter Joos questiona sobre o alto valor de despesas com locação de imóveis, propaganda e publicidade enquanto que não há despesas com a manutenção da área pátio do porto, bem como falta de tratamento com as causas de acidentes. Sr. Alexandre dos Santos comenta que as despesas de publicidade e propaganda manteve-se no nível mensal, mas que no mês de maio houve o pagamento de atrasados que estavam pendentes. Sr. Jorge Cárdenas comenta que a resposta da Superintendência não é satisfatória e pede que seja mais clara. Sr. Alexandre dos Santos informa que as despesas são realizadas conforme o orçamento aprovado. Sra. Ingrid Krause solicita que as despesas sejam apresentadas em colunas mês a mês, igualmente às receitas, de forma que se possa acompanhar a evolução de cada item. Sr. Anselmo José de Souza solicita explicações sobre a situação de pedido de redução de tarifa de energia elétrica, junto a CELESC, para equiparação à taxa que é cobrada do porto de São Francisco do Sul. Sr. Alexandre dos Santos informa que a Superintendência não conseguiu equiparação da taxa da CELESC e nem a inclusão em algum programa de incentivo ou redução do estado. Sr. Eclésio da Silva questiona sobre a contratação dos vinte e quatro candidatos aprovados no concurso público para ingresso na Superintendência, realizado há mais de um ano atrás. Sr. Alexandre dos Santos informa que houve reunião na semana passada com o Ministério Público onde foi confirmado que o quadro é irreversível e a Superintendência terá que contratar numa primeira fase dez aprovados e o restante numa segunda etapa. Para que isto ocorra haverá necessidade de exoneração de cargos comissionados para adequação do orçamento e evitar o aumento da folha de pagamento com pessoal. São todos agentes



portuários e estão aptos a desenvolver qualquer atividade administrativa portuária com exceção de guarda portuária.

Ofício 011/11 – Sindicato dos Transportadores Autônomos de Containeres e Cargas em Geral de Itajaí e Região - SINTRACON

Sr. Ademir de Jesus, Presidente do SINTRACON, a pedido do presidente do CAP, explana a preocupação do sindicato quanto a segurança para os transportadores e para comunidade por onde circulam os caminhões carregados, principalmente com contêineres. Diante deste quadro o sindicato solicitou ao Ilustríssimo Senhor Prefeito Jandir Bellini, que através de sua Secretaria de Urbanismo (obras), que ao frisarem as ruas da cidade para asfaltá-las realizassem estudo para que se diminua o grau de inclinação da faixa de rolagem. Informa que neste mês já houve dois acidentes resultando em tombamento dos caminhões em função da inclinação, tanto na rua quanto nas rótulas. Solicita ainda que sejam respeitadas as normas da WSC (World Shipping Council) e da ICS (International Chamber of Shipping) quanto a pesagem de contêineres na entrada do porto para que sejam evitados excesso de peso. Sr. Fabricio Philippi reforça os comentários apresentados e complementa informando que alguns acidentes são em função da malha viária resultando em prejuízos à comunidade e às empresas do ramo. É de opinião que as vias devam retornar ao traçado anterior quando o tempo de locomoção entre os terminais e o porto era menor e mais seguro. Sr. Eclésio da Silva é de opinião que se o trânsito for deslocado para apenas duas vias acarretará em trancamento do porto resultando em não cumprimento dos tempos exigidos pela Receita Federal entre o terminal e o porto. Sr. Robert Grantham convida a todos para inauguração do trecho da avenida em frente ao porto, no dia 13 de junho. Este trecho foi realizado em função de sugestão encaminhada a Superintendência através de estudo realizado pelo Grupo de Trabalho do CAP. Sr. Diogo Schmitt reforça que a guarda portuária também esta de acordo com a pesagem de todos os contêineres na entrada do porto. Sr. José Carlos de Araújo, Inspetor da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Itajaí SC, é de opinião que a atividade portuária é a principal fonte de receita da cidade e ao invés de a comunidade pensar primeiramente no porto e depois nos veículos, ocorre o contrário. Comenta que as autoridades devem dar prioridade aos caminhões de contêineres, pois quando um veículo faz 2 ou 3 quilômetros a mais em seu trajeto não há interferência grave, mas quando isto ocorre com um caminhão destinado ao porto isto resulta em um custo elevado, e isto faz muita diferença no final das contas.

Ofício 026/2011 - Praticagem

Sr. Ricardo D'Áquino, presidente da Praticagem, informa que é de grande preocupação a situação atual da bacia de evolução e o alargamento da boca da barra, bem como a correção da curva do "IBAMA". Comenta que foi informado pela área técnica da Superintendência que o alargamento da boca da barra seria de 25 metros, mas visualmente e conforme informação posterior o alargamento mede apenas 10 metros. Informa que foi solicitado que o calado fosse reduzido para 9 metros em função das dragas não conseguirem reduzir a profundidade para 10,5 metros. Comenta que é de grande preocupação da praticagem a manutenção de 14 metros de profundidade pois até o momento não foram informados de como seria feita esta manutenção. Da mesma forma comenta que o alargamento de 10 metros da boca da barra não atende aos itens de segurança exigidos naquela área. É de opinião que se não for os 25 metros de alargamento não há como mudar os parâmetros atuais de navegação. Sr. Robert



Grantham informa que as mesmas preocupações da praticagem são da Superintendência. Comenta que não se sente a vontade de falar em nome da Diretoria Técnica, mas passará as preocupações da praticagem à mesma para os devidos encaminhamentos. Sr. Luciano Rodriguez sugere que em função da gravidade do assunto o mesmo seja colocado na próxima reunião com presença da DITEC e praticagem. Sr. Eclésio da Silva comenta que o projeto de alargamento da boca da barra não foi apresentado ao CAP, mas acredita que a praticagem tem seus motivos para a preocupação apresentada. Lembra que na reunião passada o assunto foi debatido e quanto aos investimentos na dragagem foram de alto valor para que não se tenha um plano de manutenção. Sr. Robert Grantham comenta que a profundidade mudou o cenário em que havia um tipo específico de manutenção e não há como prever o comportamento do fundo do rio com a atual profundidade, mas a dragagem de manutenção de uma forma ou de outra, ou mesmo combinação dos dois métodos, será realizada. Sr. Osmari de Castilho informa que houve contratação, em conjunto com a Portonave, SPI e APM, de estudos de parâmetros para a definição de nova bacia de evolução e os próximos passos serão decididos em reunião conjunta entre todos os envolvidos.

Questionado sobre a situação da Via Expressa Portuária, Sr. Anselmo José de Souza informa que há um cronograma a ser seguido, mas já recebeu informação do DENIT que há necessidade de reformular o projeto do viaduto na rua Blumenau e isto tem de ser feito pela iniciativa privada pois o DENIT não tem verba para este estudo. Sr. Eclésio da Silva sugere que seja solicitada a presença do Eng. Amarildo Madeira na próxima reunião do CAP para prestar esclarecimentos sobre o andamento das obras e este projeto.

Informo que as correspondências estão à disposição dos conselheiros nos arquivos da Secretaria do CAP.

ORDEM DO DIA

1 – STF determina fim da guerra fiscal entre os estados

Sr. Jorge Cárdenas justifica que não é um perito no assunto mas solicitou a inclusão do assunto em função de preocupação do setor na decisão do STF em relação aos incentivos fiscais promovidos pelos estados. É de opinião que de alguma forma esta decisão irá afetar o estado de Santa Catarina. Solicita que se houver algum membro do CAP que domine o assunto que esclareça o que irá acontecer e quais os reflexos desta decisão sobre a atividade portuária. Sr. Eclésio da Silva comenta que foi divulgada a decisão do TST sobre a situação dos estados que estão em conflito em função dos incentivos fiscais promovidos pelos mesmos. É de opinião que na área hospitalar não haverá afetação por parte da decisão. Comenta que os benefícios existentes hoje estão valendo até 31 de dezembro de 2011, e que a partir de 2012 todos terão um novo tratamento. É de seu conhecimento que o estado de Santa Catarina ainda tem dois processos a serem julgados pelo TST e esta situação traz insegurança para os importadores que já realizam operações pelo estado, bem como para aqueles que querem iniciar. Solicita que seja convidado para próxima reunião o ilustríssimo senhor Deputado Federal Paulo Bornhausen para comentar o assunto uma vez que o mesmo esta mais atualizado sobre esta decisão. Também convidar o senhor Glaucio José Corte, 1º

Vice-Presidente da FIESC, para opinar sobre os reflexos nas indústrias catarinenses. Sr. Jorge Cárdenas é de opinião que o benefício trouxe a Santa Catarina um volume expressivo de mercadorias importadas para outros estados. Acredita que com o fim do benefício fiscal haverá uma evasão considerável de mercadorias para outros estados.

2 - Segurança do trabalho

Sr. Márcio Guapiano comenta que todas as discussões de hoje trata de segurança. É de opinião que em todo o complexo portuário seja dada mais ênfase à segurança do trabalho. Sugere que haja mudança nas áreas operacionais de forma a trazer mais segurança para o trabalhador e com isto resultar em centro de referência para o Brasil. Sr. Walter Joos comenta que todos têm a responsabilidade sobre a segurança do trabalho e quando houver ou surgir insegurança que todos busquem a melhoria. Sr. Robert Grantham comenta que a Superintendência concorda com as opiniões apresentadas e que em 31 de março a Autoridade Portuária encaminhou projeto de todas as melhorias necessárias para segurança e melhoria da área operacional, para ser incluído no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC2. Sr. Sandro de Ramos solicita revisão na Resolução 06/2011, que altera o limite de velocidade de 10 km/h para 25 km/h no interior do Porto, pois esta sendo combinada com alteração de Resolução 19/2010, onde autoriza destravamento dos dispositivos de fixação de contêineres nos portões de acesso do Porto. Esta situação põe em riscos trabalhadores da área portuária. Comenta que há várias reclamações por parte de motoristas e trabalhadores avulsos, onde se constata aumento de risco de acidentes no recinto, em função do aumento da velocidade. Comenta ainda que os veículos circulam acima da média e não são mais obrigados a transitarem com os contêineres travados após saírem do GATE e adentrarem ao Porto, o que pode ocasionar quedas e acidentes graves. É de opinião que os Guardas Portuários não podem fiscalizar o excesso de velocidade, pois estes não possuem equipamentos para tal fim. Solicita providências no transporte de cargas perigosas no Porto, quanto as carreta da APM Terminals (Bombcart), que realizam o transporte de “ISOTANKS” sem longarinas, pois a seu ver, existe enorme risco de queda (ocorrência já constatada) e chances de acidentes graves e irremediáveis. É sua opinião também de que somente deverá transitar, transportando cargas perigosas ou não, em “isotanks” sem longarinas, o veículo portador de pinos para o travamento de contêineres. Solicita que a APM proíba o transporte de “ISOTANKS” nas carretas “bombcarts” no recinto, sendo este um modo a facilitar a adoção de medidas de prevenção e controle de riscos. Comenta que o embarque e desembarque de embalagens vazias já utilizadas no transporte de cargas perigosas, também estão sujeitos aos mesmos procedimentos de embarque e desembarque para as embalagens cheias, considerando assim um modo de preservar as condições de segurança do trânsito, do transporte, das pessoas, dos bens e do meio ambiente.

3 - Independência do CAP

Sr. Anselmo José de Souza distribui a todos os membros do CAP cópia do relatório “O CAP em ação”, da ABTP. Tece comentários sobre a formatação do relatório e é de opinião que o CAP tenha independência da Administração do Porto, pois o CAP tem funcionamento no seu dia-a-dia, mas os assuntos são discutidos apenas uma vez ao mês. É de opinião que esta situação não é eficiente, pois há necessidade de se ter uma estrutura própria com um secretário exclusivo, assistente, assessoria e todo o apoio administrativo para o funcionamento do CAP. Sr. Rogério Fortunato é de opinião que a abrangência e competência

do CAP sejam muitos amplos e há determinadas situações em que há dúvidas na tomada de decisões. Sr. Jorge Cárdenas lembra que em reunião passada houve apresentação de tema semelhante pelo Sr. Wesley Collyer e esta de acordo com o pronunciamento do Sr. Rogério Fortunato.

4 - Realização do CONCCAP

Sr. Anselmo José de Souza informa que nesta semana houve solicitação de reunião da SEP com a organização do CONCCAP, na cidade de Santos, sendo aceito e marcada para acertar a programação do congresso. Solicita à Superintendência do Porto de Itajaí a verba de R\$ 50 mil para cobrir as despesas do evento. Sr. Robert Grantham informa que a SPI não dispõe de orçamento para o evento e não há meios legais para disponibilizar o montante de R\$ 50 mil em função de não haver orçamento para tal. Sr. Anselmo José de Souza lê o parecer do TCU e é de opinião que o parecer apresentado não reflete a realidade, mas sim impossibilita a realização do evento.

ASSUNTOS GERAIS

Sr. Eclésio da Silva informa que a comissão formada por representantes de vários segmentos portuários esteve a cerca de dois meses, na ANVISA em Brasília, para participar de reunião com dirigentes para tratar do efetivo de técnicos lotados em Itajaí. Nesta semana houve outra reunião em Itajaí e na próxima semana deverá ingressar na equipe mais dois técnicos. Comenta que soube de informações que em Imbituba tem 7 técnicos mas em fase de aposentadoria. Sugere que haja novas ações junto à ANVISA ou Ministério do Planejamento para realização de concurso para suprir a demanda de Itajaí. Sr. Osmari de Castilho comenta que dos 10 técnicos lotados em Itajaí, 8 estão em idade de aposentadoria. Informa que esta descartada de vez a utilização de estagiários para complementação da mão de obra da ANVISA nos postos de vistorias.

Sr. Robert Grantham convida a todos para inauguração no dia 13 de junho, às 10 horas, das obras de modernização do sistema viário de acesso aos gates. As obras englobam a remoção dos canteiros, alargamento da via, pavimentação de mais uma pista de acesso aos gates e colocação de guard rail, do entroncamento das ruas Irineu Bornhausen (conhecida por Caninana) e Blumenau, até o acesso ao Porto. Na ocasião também será assinado o edital para a urbanização do Complexo Turístico Portuário. O local, além de sediar a Race Village durante a passagem da Volvo Ocean Race por Itajaí, será uma importante ferramenta de lazer para a comunidade. Convida também para inauguração do Centro de Orientação ao Viajante, no dia 20 de junho, às 16 horas, que será instalado no prédio do Centro Integrado de Atendimento (CIA), em frente ao gate principal do Porto de Itajaí, a unidade pertence à Rede Municipal de Saúde e funcionará em parceria com a ANVISA e Porto de Itajaí.



VI Encerramento

Nada mais havendo a tratar o Sr. Anselmo José de Souza dá por encerrada a reunião e marca a próxima para o dia 15 de julho de 2011, às 9 horas.

Eu, Leônidas Gomes Ferreira, Secretário Executivo do CAP, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelo senhor Presidente Anselmo José de Souza. Itajaí, 10 de junho de 2011.

